

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciência Política (IPOL)
Curso de Graduação em Ciência Política

GLOBALIZAÇÃO E RESSURGIMENTO DO NACIONALISMO: UM
PANORAMA DOS FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Discente: Leonardo da Silveira Nunes

Orientador: Paulo César Nascimento

Brasília, 2017

GLOBALIZAÇÃO E RESSURGIMENTO DO NACIONALISMO: UM PANORAMA
DOS FINS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Monografia apresentada em conclusão ao curso de graduação de Ciência
Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Ciência Política.

PROFESSOR DOUTOR PAULO CÉSAR NASCIMENTO
(UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

PARECERISTA

Brasília, DF, ____ de _____ de 2017

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família, Abadia, Reginaldo, Guilherme e Gabriel, por estarem sempre ao meu lado. Obrigado às minhas grandes amigas Emanuella, Mariah Mariana, Marina Helena e Tamiris, por todo o apoio que me deram durante a graduação e muito obrigado ao professor Paulo Nascimento, pelo seu apoio e paciência durante essa monografia.

RESUMO

O nacionalismo vem se apresentando como um movimento ideológico de grande impacto nos últimos séculos. Com a expansão da comunicação à nível mundial e o início dos estudos relacionados à globalização, tinha-se a expectativa de diminuição da identidade nacional na medida que crescia o intercâmbio cultural entre as nações. Contudo, passadas algumas décadas, o nacionalismo ainda apresenta considerável importância, e ainda, apresenta novos modelos de movimento, mostrando a sua capacidade de adaptabilidade a novas realidades. Considerando esses fatores relacionados ao nacionalismo e à globalização, a presente monografia tem a intenção de apresentar um panorama da atual configuração política levando em consideração o fortalecimento de novos movimentos nacionalistas em contraposição à globalização e às expectativas de homogeneização internacional.

Palavras-chave: Nacionalismo; Globalização; Europa; América

ABSTRACT

Nationalism has been presenting itself as an ideological movement of great impact in the last centuries. With the expansion of communication at the global level and the beginning of studies related to globalization, the expectation was to diminish national identity as cultural exchanges between nations increased. However, after a few decades, nationalism still has considerable importance, and yet, it presents new models of movement, showing its adaptability to new realities. Considering these factors related to nationalism and globalization, this monograph intends to present an overview of the current political configuration taking into account the strengthening of new nationalist movements in opposition to globalization and the expectations of international homogenization.

Keywords: Nationalism; Globalization; Europe; America

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
ESTRUTURA	8
METODOLOGIA.....	9
1. GLOBALIZAÇÃO E NACIONALISMO	10
1.1. Samuel Huntington.....	10
1.2. Eric Hobsbawm	14
1.3. Anthony Giddens.....	18
2. AMÉRICA.....	21
2.1.1. Brasil	21
2.1.2. Venezuela	23
2.2. Estados Unidos	26
Explicações do capítulo	29
3. EUROPA	31
3.1. França	31
3.2. Reino Unido.....	33
3.3. Escócia.....	36
Explicações do capítulo	39
4. CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

O nacionalismo vem se apresentando como um movimento ideológico de grande impacto nos últimos séculos. Formado por diferentes correntes, o nacionalismo é bastante plural, não havendo, no campo teórico, uma definição ou mesmo marcos históricos totalmente consensuais, de modo que cada autor apresenta diferentes perspectivas, além disso, há particularidades que podem ser percebidas nos mais diferentes contextos ao redor do mundo.

É um desafio poder definir um fenômeno como esse, que se manifesta nas mais diversas circunstâncias históricas, geográficas e culturais, e toma as mais variadas formas. A teoria mais clássica de nacionalismo, desenvolvida, entre outros, por Hobsbawm, um dos referenciais teóricos desse estudo, associa o fenômeno do nacionalismo à formação dos Estados-nação europeus na modernidade. Porém essa concepção não é capaz de adequar-se tão bem em outros contextos de formação de nações em outras partes do mundo, ou mesmo em casos europeus de ressurgimento de movimentos nacionalistas contemporâneos. Entre outras concepções de nacionalismo, há também a divisão entre nacionalismo cívico e étnico, de Liah Greenfeld ou de Jürgen Habermas, também apresenta problemas para encontrar casos empíricos sólidos.

Em busca de denominadores comuns nas diferentes correntes nacionalistas, é possível observar que mesmo as manifestações mais modernas de nacionalismo, ainda são construídas a partir de elementos étnicos “primordiais” e mitos de origem nacional, para dar maior força em seu embasamento. “Os movimentos nacionalistas são ao mesmo tempo teleológicos e tradicionais”, pois na mesma medida em que pespeguem um destino comum, também reivindicam um passado. “Primordialismo e modernidade, política e cultura, etnia e cidadania, passado e presente”, essas manifestações se apresentam no nacionalismo de forma combinada, nos mais diversos graus de associações, o que torna praticamente impossível a sua definição a partir de uma única teoria, tornando-se um dilema dentro da academia encontrar uma interpretação que se adeque empírica e metodologicamente, capaz de unir em um mesmo conceito essas diversas manifestações do nacionalismo.

Há interpretações que entendem o nacionalismo como um fenômeno negativo, não compatível com a democracia e relacionado à xenofobia e aos maiores conflitos na história da humanidade, como as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, frequentemente destacados nos estudos sobre nacionalismo. Essas ideias estão bastante relacionadas com a concepção de nacionalismo baseada no início do mundo moderno ocidental, marcado por inúmeras disputas entre os Estados-nações. Em contraposição à essas ideias, o nacionalismo também pode ser interpretado como um movimento de luta pela libertação, como observado em países americanos e africanos, que marcados pela colonização, inspiraram-se em ideias nacionalistas para a busca da independência e construção de uma identidade própria.

Na década de 80, com a expansão da comunicação à nível mundial e o início dos estudos relacionados à globalização, tinha-se a expectativa de diminuição da identidade nacional na medida que crescia o intercâmbio cultural entre as nações. O “boom” da globalização gerou diversos estudos e previsões dentro das ciências sociais sobre as novas dinâmicas de interação entre os países. Contudo, passadas algumas décadas, o nacionalismo ainda apresenta considerável importância, e ainda, apresenta novos modelos de movimento, mostrando a sua capacidade de adaptabilidade a novas realidades. Levando em consideração esses fatores relacionados ao nacionalismo e à globalização, a presente monografia tem a intenção de apresentar um panorama da atual configuração política levando em consideração o fortalecimento de novos movimentos nacionalistas em contraposição à globalização e às expectativas de homogeneização internacional.

ESTRUTURA

A presente monografia será dividida em quatro capítulos distintos. O primeiro tratará da discussão entre os temas de nacionalismo e globalização. Para tanto serão apresentadas as ideias de importantes autores dentro dessas temáticas, destacando os trabalhos de Samuel Huntington, Eric Hobsbawm, e Anthony Giddens, que tratam em suas obras da contraposição desses dois fenômenos, levando em consideração os efeitos resultantes dessa interação da identidade

nacional construída pelos estados com as novas configurações políticas internacionais.

Os dois capítulos apresentados em seguida serão dedicados aos estudos de casos. Esses estudos consistirão na apresentação de fundos históricos, para contextualização dos movimentos nacionalistas e análise desses contextos a partir das referências bibliográficas anteriormente apresentadas. O segundo capítulo se refere aos casos da América, sendo esses Brasil, Venezuela e Estados Unidos, enquanto o terceiro capítulo é dedicados aos casos do continente europeu, França, Reino Unido e Escócia.

Para encerramento dessa monografia, o quarto capítulo é dedicado às conclusões que justificam a realização desse estudo, obtidas a partir das observações e comparações dos países apresentados nos estudos de casos. Nessa sessão, será tratado mais claramente da construção desse novo cenário internacional, que parece trazer mudanças nas interações entre os países construídas a partir da lógica de mundo globalizado.

METODOLOGIA

As definições apresentadas a seguir foram construídas a partir das explicações de Antônio Carlos Gil em "*Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*". A partir do método dedutivo, esse projeto partirá da generalização para o estudo de casos particulares selecionados. Ou seja, partindo dos estudos sobre globalização e nacionalismo, serão analisados os casos de surgimento e fortalecimento de novos movimentos nacionalistas e seus efeitos na dinâmica internacional. Trata-se ainda de uma pesquisa explicativa, que têm como principal objetivo identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, sendo assim possível, analisar e comparar os fatores e resultados semelhantes e divergentes dos casos selecionados.

A metodologia utilizada será o estudo de caso, com o objetivo de pesquisar, profunda e exaustivamente poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, seguindo a ideia de um estudo empírico, que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade. A partir de

uma abordagem qualitativa, será realizada uma análise dos cenários políticos selecionados, para buscar entender como determinados fenômenos ocorrem, os fatores, variáveis e atores envolvidos, bem como os diferentes resultados obtidos nesses cenários. O objeto desse estudo foi definido como a contraposição dos fenômenos da globalização e do nacionalismo, a partir da seleção de casos nos continentes americano e europeu, analisando os acontecimentos relevantes a partir de diferentes fontes de informação.

A seleção da metodologia do estudo de caso permitirá responder a pergunta de pesquisa que motiva a realização do estudo, de entender como os novos movimentos nacionalistas possuem formas tão diferentes nessa nova configuração de dinâmica internacional globalizada.

Para a seleção de casos, foram considerados países que foram palco de acontecimentos relevantes desse neonacionalismo, levando em conta especialmente, alterações nas instituições formais da política, como ocorre no caso de eleições. Em relação à disponibilidade documental, será utilizado o conteúdo de acervo público, destacando-se como a principal fonte utilizada para esse estudo, o acompanhamento midiático e jornalístico dos fatos ocorridos, em paralelo com as análises apresentadas por estudiosos dos temas. Serão ainda consideradas publicações oficiais dos países, como forma de garantir a pluralidade de visões sobre os mesmos fatos.

1. GLOBALIZAÇÃO E NACIONALISMO

1.1. Samuel Huntington

O economista americano, Samuel P. Huntington, é bastante conhecido pela teoria apresentada em sua obra, "*O Choque de Civilizações*", que trata dos conflitos no mundo pós-Guerra Fria a partir das diferenças nas identidades culturais e religiosas.

Huntington inicia o desenvolvimento de suas teorias a partir da observação do cenário político no período pós-Guerra Fria, marcado principalmente pela disputa entre as ideologias capitalista e comunista a nível global. Com o fim desse conflito, o capitalismo americano, acompanhado da economia de livre mercado

e democracia liberal prevaleceram como ideologia. A partir desse contexto, Samuel Huntington defendia que os futuros conflitos entre as sociedades se dariam a partir de critérios culturais e religiosos. Seguindo ainda essa mesma ideia, o autor defende que Estados com valores culturais próximos tendem a cooperar para defender interesses comuns. Em sua visão, os Estados-Nações continuariam a ser os principais atores políticos, reduzindo a importância de atores supranacionais, mas principalmente, defende que os principais conflitos globais ocorreriam entre nações e grupos de diferentes civilizações, em função desse choque civilizacional.

Entre as diversas teorias desenvolvidas após a Guerra Fria, na tentativa de analisar ou prever quais seriam as consequências das então recentes mudanças políticas e econômicas, a maioria considerava aspectos ideológicos e econômicos, por seguir o padrão visto durante o recém encerrado conflito, enquanto o diferencial da teoria de Samuel Huntington era a predominância da importância da cultura.

Ainda nessa obra, Huntington apresenta sua perspectiva de que tanto civilização quanto cultura se referem ao estilo de vida em geral de um povo. A partir desse conceito, é apresentada uma divisão da humanidade em nove civilizações (Civilizações sínica, nipônica, hindu, budista, islâmica, ocidental, latino-americana, ortodoxa e subsaariana). A partir dessa divisão, o autor sustenta a teoria de que a história da humanidade seria a história dos choques entre essas civilizações, e que esse padrão estaria ainda longe de terminar. Com a globalização, os parâmetros para essas divisões tornaram-se menos óbvios, estando as populações espalhadas pelo mundo todo de maneira ideológica e histórica não respeitando muito fronteiras nacionais.

Em sua perspectiva, as guerras civilizacionais seriam as batalhas do futuro, sendo essa a última fase na evolução do conflito no mundo moderno. Durante a era moderna, os conflitos ocorriam, em sua grande maioria, entre príncipes e imperadores, na busca por aumento do poder econômico e território, principalmente. A partir desses conflitos foram criados os Estados-nações. Com a Revolução Francesa, os conflitos passaram a ser entre nações e menos entre as personificações do Estado, os monarcas. Esse padrão perdurou-se até a Primeira Guerra Mundial. Como resultado da Revolução Russa e sua

contrarreação, os conflitos entre as nações passaram a ser ideológicos, em um primeiro momento, entre o comunismo, nazi-fascismo e a democracia liberal e depois entre o comunismo e a democracia liberal, incorporado principalmente durante a Guerra Fria, entre as duas superpotências, que não se enquadravam claramente no conceito clássico europeu de Estado-nação, mas com identidades bastante definidas. Com o fim desse conflito, a política internacional deixa de ser centrada no ocidente e passa a se concentrar na interação entre ocidente e as civilizações não ocidentais.

Se antes da Guerra Fria, o mundo era dividido em primeiro, segundo e terceiro mundos, atualmente, essa divisão não importa mais, especialmente se comparado a fatores cultural e civilizacional. Para Huntington, civilização é uma entidade, com diferentes culturas, em diferentes níveis de heterogeneidade cultural e civilizações são os mais elevados agrupamentos culturais, com a maior amplitude de identidade. Além disso, as civilizações são dinâmicas, se desenvolvem bem como regridem, além de se fundirem ou se dividirem.

O autor também afirma que, no futuro, ao contrário do que é afirmado em diversas teorias, essa identidade civilizacional será cada vez mais importante, e os conflitos ocorrerão à medida que essas civilizações forem se distanciando. É entendido que as diferenças entre as civilizações são básicas e construídas através de inúmeras gerações, estando, portanto, enraizadas, e com o passar dos séculos, já é possível perceber que essas diferenças têm gerado conflitos cada vez mais duradouros e violentos, além disso, esses conflitos são potencializados, uma vez que o espaço entre essas diferentes civilizações se torna cada vez menor, em função do aumento da interação entre as pessoas.

Além desses fatores, existem os processos de modernização econômica e de mudança social, que afastam as pessoas das origens civilizacionais e enfraquecem o Estado-nação como fonte de identidade, abrindo espaço para movimentos religiosos, que fornece uma base para a identidade que transcende as barreiras nacionais e une as civilizações, apresentando assim, o enfraquecimento de uma identidade mais formal à medida que cresce esse tipo de identidade que não possui uma relação direta com o Estado.

Existe ainda o fator do crescimento da consciência civilizacional, que é aumentado pelo duplo papel do ocidente, pois ao mesmo tempo em que o ocidente está no auge do poder, também vêm crescendo um movimento de retorno às origens das civilizações não ocidentais. Huntington destaca ainda que as características e diferenças culturais são menos adaptáveis se comparadas a características políticas ou econômicas, em função de seu enraizamento por gerações. Por fim, há um aumento do regionalismo econômico, se por um lado há uma tendência de crescimento na importância dos blocos econômicos, já é possível observar que esses só conseguem atingir o sucesso quando estão relacionados a mesma civilização.

Como as pessoas definem suas identidades a partir de termos étnicos e religiosos, é comum que quando ocorre uma separação, essas diferenças também são mantidas em questões políticas. Esse choque entre civilizações ocorrerá, de acordo com Huntington em dois níveis: micro (grupo adjacentes que vivem em meio aos conflitos de outras civilizações) e macro (em que os Estados das civilizações entram em competição militar e econômica, pelo controle de instituições internacionais).

Huntington trata ainda das linhas divisórias entre as civilizações que estariam em processo para substituir as fronteiras políticas ideologias resultadas da Guerra Fria, como pontos propícios ao conflito. Grupos de Estados pertencentes a uma mesma civilização que se envolveram numa guerra com povos de outra civilização tentam, naturalmente, conseguir o apoio dos outros membros da própria civilização. O ocidente está atualmente num pico de poder em relação às outras civilizações, à medida que sua outra superpotência opositora perdeu tanto poder a ponto de ter desaparecido no mapa.

No futuro, enquanto as pessoas se diferenciarão pelas civilizações, os países serão constituídos com grande número de povos de civilizações diferentes. Os obstáculos para que países não ocidentais se unam ao Ocidente variam consideravelmente. Enquanto existe no ocidente uma tendência ao desarmamento, as nações não ocidentais reivindicaram o direito de adquirirem e de posicionarem qualquer tipo de armas que julguem necessárias para a sua segurança. Huntington ressalta ainda que não há certeza no desaparecimento dos Estados-nações, ou que as identidades civilizacionais substituirão todas as

demais, mas avança com a hipótese de que as diferenças entre as civilizações são reais e importantes, e que essa consciência civilizacional tende a crescer.

1.2. Eric Hobsbawm

Eric Hobsbawm, um dos grandes nomes dentro das ciências sociais, foi um historiador britânico marxista, autor de diversas obras como *A Era dos Extremos*, *A Era das Revoluções e Globalização*, *Democracia e Terrorismo*. Para esse estudo, destaca-se a sua obra *“Nações e Nacionalismo desde 1780”* que possui como principal discussão a reflexão sobre o conceito de Nação e da ideologia nacionalista, em especial as considerações apresentadas em seu sexto capítulo.

Hobsbawm conclui essa obra com a apresentação de reflexões sobre o nacionalismo do final do século XX, aproximando-se dos casos selecionados para estudo nessa monografia. O autor afirma que, à primeira vista, seria possível entender que houve um avanço do “princípio de nacionalidade” a nível global, no sentido de que praticamente todos os Estados correspondem às nações na configuração geopolítica atual, assim como os atuais movimentos de libertação tendem a ser nacionais. Nos Estados Unidos, há cada vez mais pressão para a oficialização do inglês como idioma oficial, em resposta ao grande uso informal do espanhol por imigrantes. Hobsbawm define essa como a primeira onda de imigrantes que não cede a assimilação linguística, mantendo o espanhol em uso. Esse movimento ganhou força durante a década de 80, a ideia da supremacia do inglês nos Estados Unidos parece ser posta à prova, dado o tamanho da migração de fala espanhola, que para algumas partes do país pode passar a ser desejável.

É apresentada também a mudança no contexto global, em que ideal de uma comunidade imaginária de nação foi capaz de superar diferenças ideológicas, a partir da definição um “nós imaginário” em oposição a um “eles simbólico”. Hobsbawm destaca ainda que essa política nacionalista não é necessariamente o principal aspecto que diferencia o fenômeno do nacionalismo e nações do século XIX do que ocorre no século XX. No mundo do século XIX, o desenvolvimento combinado de nações com Estados-nações e uma economia nacional era um fato central de transformação histórica. Nessa nova fase do

século XX, os movimentos de libertação e independência nacional, especialmente visto em países que foram colonizados, foram os principais agentes principais para a emancipação política da maior parte do planeta, ou seja, para a eliminação de uma administração imperial. Enquanto os movimentos de libertação nacional ocorridos no terceiro mundo seguiram os modelos de nacionalismo ocidental, o que ocorreu na prática foi que os Estados que estavam sendo construídos eram o oposto das entidades linguística e etnicamente homogêneas que seguiriam o padrão de Estado-nação ocidental. E, mesmo nesse cenário, esses movimentos foram mais semelhantes do que diferentes do nacionalismo ocidental da era liberal. Tanto os movimentos de libertação nacional quanto os Estados resultantes desses foram, em geral, unificadores e emancipatórios.

De acordo com o autor, os movimentos nacionalistas do final do século XX são separatistas. Por isso, há essa insistência nas diferenças étnicas e linguísticas, além da religião. Pode ser entendido que esses movimentos são herdeiros dos movimentos nacionalistas contrários aos Impérios Otomano, Czarista e dos Habsburgo, contra o que era considerado como modelo obsoleto de organização política, para priorização de um modelo de modernidade política formado por Estados-nações. A maioria dos movimentos é exatamente oposto, encenando um conjunto de rejeições aos modos modernos de organização política, tanto nacionais como supranacionais. Em geral, é observado que esses movimentos nacionalistas parecem constituir reações de fraqueza e medo, como tentativa de manter distância do mundo moderno.

O que estimula essas reações defensivas contra ameaças, reais ou imaginárias, é a combinação de movimentos populacionais internacionais com as transformações socioeconômicas fundamentais. A mobilidade de amplas massas de população foi intensificada, naturalmente, essas mudanças não são desligadas da emergência do nacionalismo local. Hobsbawm afirma que em uma sociedade urbanizada todos encontram estrangeiros que remetem à fragilidade das raízes familiares de cada um. É tratado ainda dos traços entre as reações étnico-nacionalistas e a recente emergência o “fundamentalismo”, em diversas parte do planeta. O fundamentalismo é encarado como algo que “reage sempre, de forma reacionária”. Alguma força, tendência ou inimigo que precisa

ser sempre percebido como colocando em perigo, potencial ou real, o movimento de que alguém ou algo lhe é caro. As semelhanças com um número de fenômenos étnico-nacionalistas recentes são evidentes, especialmente quando estes aparecem ligados ou procuram estabelecer elos de ligação com uma fé religiosa específica de um grupo. Hobsbawm chega até a cogitar como seria a interpretação de alguém não-terrestre, que provavelmente entenderia o conflito e a exclusividade étnicos, a xenofobia e o fundamentalismo como aspectos do mesmo fenômeno geral, contudo, há uma importante diferença. Qualquer que seja sua versão religiosa, o fundamentalismo prevê um programa concreto e detalhado, tanto para os indivíduos como para a sociedade, proporcionando uma orientação prática e moral em todos os assuntos. O apelo da etnicidade ou da linguagem não prevê nenhuma orientação para o futuro, é apenas um protesto contra aqueles que ameaçam o grupo etnicamente definido. Enquanto o fundamentalismo retira sua energia da demanda pela verdade universal, aplicável a todos, o nacionalismo, por definição, exclui do seu campo de ação todos aqueles que não pertencem à sua própria nação. Além disso, enquanto o fundamentalismo pode basear-se em hábitos autênticos, tradução ou práticas do passado, o nacionalismo não é sustentado por práticas passadas. O nacionalismo possui uma vantagem em relação ao fundamentalismo, sua falta de conteúdo programático e de precisão lhe possibilita um apoio potencialmente universal dentro de sua própria comunidade.

O significado histórico decadente do nacionalismo atualmente é ocultado não apenas pela expansão visível das agitações étnico-linguísticas, mas também pela ilusão semântica que deriva do fato de que todos os Estados são hoje nações, em termos oficiais, mesmo que muitos deles não tenham nada em comum com o termo "Estado-nação". Portanto, todos os movimentos que procuram obter a independência encaram a si mesmo como nações instituintes mesmo quando evidentemente não são. Da mesma maneira, todos os movimentos por interesses regionais que se colocam contra a centralização e a burocracia estatal irão vestir o hábito nacional da moda, uma vez que as nações e o nacionalismo parecem ser mais influentes e onipresentes do que realmente são. A emergência de agitações étnicas e separatistas é devida, em parte, ao fato de que o princípio de criação de Estados desde a Segunda Guerra Mundial

não tem nada a ver com a autodeterminação nacional que existiu após a primeira Guerra. A emergência dessas agitações refletia 3 forças, descolonização, revolução e intervenção de poderes externos.

Mesmo um sistema mundial autenticamente multilateral, comandado por uma oligarquia de Estados importantes não seria um sistema internacional no qual a maioria dos Estados-Nações e nações desempenhassem um papel importante. Hoje, o nacionalismo reflete algo com a crise do programa e da ideologia leninista-wilsoniana que é devida ao seu fracasso político e à forte redução de relevância da “nação” e do “Estado-nação” para a estrutura econômica do mundo. O nacionalismo, nada é sem a criação de Estados-Nações, e um mundo de tais Estados, adequando-se aos atuais critérios de nacionalidade étnico-linguísticos não é, uma probabilidade viável atualmente. Na Europa, um número bem maior de movimentos nacionais existentes atualmente, desistiu na prática, de idealizar a independência estatal como o seu objetivo final. Nesse cenário, a maioria de tais movimentos parecer ser de reações contra a centralização do Estado, do poder cultural ou econômico, contra a burocracia ou mesmo, parece expressar vários descontentamentos locais ou setoriais. Hobsbawm destaca que a coisa mais surpreendente sobre as novas agitações do nacionalismo político nos países ocidentais é a sua instabilidade e inconstância, comparadas com a força e a estabilidade dos sentimentos de identidade nacional que eles reivindicam expressar.

O nacionalismo ainda pode ser proeminente na política, mas o ponto importante é que apesar de evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. É na maior parte, um fator complicador ou catalisador para outros desenvolvimentos. Como sugerido por Hobsbawm, “nação” e “nacionalismo” não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras. Não é possível que o irá declinar com o declínio do Estado-nação.

1.3. Anthony Giddens

Anthony Giddens, é um sociólogo britânico, renomado por sua Teoria da estruturação, e dedicado em reformular a teoria social e reexaminar a compreensão do desenvolvimento e da modernidade. A sua obra abarca diversas temáticas, entre as quais a história do pensamento social, a estrutura de classes, elites e poder, nações e nacionalismos, identidade pessoal e social, a família, relações e sexualidade, além de ter sido um dos primeiros autores a trabalhar o conceito de globalização.

Do ponto de vista acadêmico, Giddens se interessa em reformular a teoria social e reexaminar a compreensão do desenvolvimento e da modernidade. Pode-se dizer que suas ideias influenciaram em nível mundial quer no ensino da Sociologia, ou mesmo da Teoria Social. Além disso, ele tem sido considerado de vanguarda no que tange ao desenvolvimento de ideias políticas de centro-esquerda, contribuindo para popularizar o conceito de “Terceira Via” na pretensão de contribuir com uma renovação da socialdemocracia.

As obras de sua fase mais recente tratam de política, modernidade, e como tema mais relevante para esse estudo, da globalização, principalmente o impacto da modernidade sobre o social e a vida pessoal dos indivíduos. Giddens destaca-se como um teórico que, ao refletir sobre o sentido da sociedade em que vivemos, trata também da temática de auto identificação, procurando analisar de que forma a contemporaneidade está relacionada com os aspectos mais íntimos da vida pessoal. Dentre as várias ideias de Giddens, destaca-se a sua colocação sobre a construção de uma nova agenda das Ciências Sociais relacionada às ordens de transformações da sociedade pós-industrial. Se, por um lado, é o processo de globalização que permite a universalização e difusão extensiva das instituições modernas, por outro, é também a fonte da radicalização da modernidade em conexão com os processos de mudança internacional relativos ao abandono, à desincorporação e problematização da tradição. A nova agenda, contudo, transpassa as diversas dimensões da vida social no que diz respeito aos fatores econômicos, ambientais e socioculturais

A discussão tem início com o entendimento de que, em uma sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição,

pelo parentesco, localidade ou outros de mesma simplicidade. A modernidade é caracterizada como uma ordem pós-tradicional, pois ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade mutável. Portanto, é nesse sentido, que, na modernidade, o indivíduo torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, uma vez que não existe mais a referência da tradição, está aberto para esse indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas e de escolhas. O indivíduo passa então a ser responsável por si mesmo e o planejamento da vida assume especial importância.

O rompimento, mesmo que parcial, com essa ordem tradicional, ao mesmo tempo em que promove uma certa autonomia pessoal, retira também uma sensação de firmeza das coisas, podendo constituir-se em grande fonte de ansiedade para o indivíduo. A reflexividade da modernidade, que considerada pelo autor uma das maiores influências sobre o dinamismo das instituições modernas, permite vislumbrar de que forma a modernidade, como um fenômeno global de longo alcance, pode alterar a natureza da vida social e individual.

Giddens, deixa clara a ideia de que é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as consequências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto às instituições modernas. Assim, ele ressalta como as grandes transformações e mobilidades da modernidade alteram de forma radical a natureza da vida social cotidiana e passam a contribuir de forma decisiva para afetar os aspectos mais pessoais de nossa existência. Ele relaciona ainda como característica distintiva da modernidade os dois extremos da crescente interconexão da extensão e da intencionalidade de um lado as influências globalizantes e, do outro, as disposições pessoais, e ressalta que o objetivo dessa sua obra “é analisar a natureza dessas interconexões e oferecer um vocabulário conceitual para pensá-las”.

O autor define que modernidade pode ser entendida como o equivalente ao “mundo industrializado”. Dentre as formas sociais produzidas pela modernidade ele destaca como mais importante o Estado-nação, que distingue por ser uma organização reflexiva de avaliação e controle, como sistema reflexivamente monitorado. Tomando alguns dos seus exemplos mais significativos, pode-se

afirmar que as pessoas que vivem hoje nos países industrializados estão sujeitas a situações que são individuais ou, no máximo, familiares, como doenças crônicas, estresse, violência e divórcio, que apresentam tensões tanto para o “eu” quanto para o conjunto social. Embora relativamente mais protegidos da atuação das forças naturais do que em tempos pré-modernos, os indivíduos estão submetidos a outros riscos, considerando que suas refeições diárias podem estar muito mais acrescidas de ingredientes artificiais, agrotóxicos, e outros fatores, em detrimento daquelas consideradas mais tradicionais.

Esses exemplos ilustram o que Giddens denomina de “dialética do local e do global”. Nessa dialética, tanto a cultura quanto a economia e as dimensões sociais têm papel preponderante. O autor destaca ainda a busca por novas identidades e a tensão sofrida pelo “eu” na alta modernidade identificam espaço e referência no surgimento do que denomina política-vida, que “refere-se a questões políticas que fluem a partir dos processos de auto realização em contextos pós-tradicionais, onde influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de auto realização influenciam as estratégias globais”. Nesse sentido, pode-se explorar a ideia de que o “pessoal é político” e, conseqüentemente, o entendimento, como Giddens, do desenvolvimento de formas de ordem social da própria modernidade.

O que é central para a definição da política-vida é considerá-la no âmbito dos sistemas abstratos como domínio exterior ao conhecimento e envolvimento humanos, ou seja, por informações oriundas de variados tipos de saberes. “Inteiramente penetrados pelos sistemas abstratos da modernidade, o eu e o corpo tornam-se os lugares de uma variedade de novas opções de estilos de vida. ”. Giddens alerta que, para se responder aos problemas gerados pelas tensões geradas pela capacidade de se adotar estilos de vida livremente escolhidos numa sociedade pós-tradicional, não só relacionados a obstáculos à emancipação, mas também com uma variedade de dilemas morais, seria necessária a reconstrução da política emancipatória, sem abandonar a busca dos objetivos da vida política.

A Modernidade global acaba superando qualquer transformação, hábito e costumes traçando uma trajetória para o indivíduo. Essas trajetórias evidenciam

o poder das ideologias da modernidade. O global e a modernidade levantam-se como entidades estabelecendo seus riscos e sua complexidade que impõem aos indivíduos perturbações e ansiedades generalizadas, exigindo a criação de novas formas de identidades para lidar com as perspectivas mundo “auto moderno”.

2. AMÉRICA

2.1. América Latina

2.1.1. Brasil

O caso de seleção do Brasil para essa monografia se destaca pela informalidade de uma onda nacionalista observada nas manifestações de 2013. Não houve um grupo claro por trás dessas manifestações, bem como também não houve a formalização de grupos nacionalistas após os ocorridos, contudo houve uma clara inclusão de novos símbolos nacionais, além do desenvolvimento de um novo imaginário nacional. Entre abril e julho de 2013, o Brasil foi palco de inúmeras manifestações em diversos estados, com as mais diversas reivindicações. Em meio a essas plurais manifestações, destacou-se o crescimento, quase orgânico, de ideias nacionalistas. Os movimentos foram, na época, comparados com as manifestações pelo impeachment do presidente Fernando Collor na década de 90 e chegaram a alcançar altos índices de aprovação pela população.

Ainda em 2012, grandes protestos contra o aumento das tarifas de transporte ocorreram no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte, e no início de 2013, os protestos, ainda com a mesma pauta chegaram à Porto Alegre e Goiânia. Em junho, as manifestações ganharam repercussão nacional depois de protestos em São Paulo, também em função do aumento do preço do transporte público. Em um primeiro momento, os protestos eram organizados através das redes sociais por movimentos sociais, em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) era o principal articulador. Nesse primeiro momento, a mídia não demonstrava grande apoio, a participação popular era bastante reduzida e havia bastante conflito com a polícia, além de episódios de vandalismo. Em razão da

violenta resposta policial a esses protestos, o movimento ganhou grande repercussão na mídia e foi propagado e transformado através das redes sociais, expandindo-se para os demais estados e abrangido novas pautas, como combate à corrupção e melhoria de serviços públicos. Nesse segundo momento, com grande adesão da população, houve grande cobertura da mídia e diminuição da violência policial contra manifestantes

Em respostas a essas manifestações, foram apresentadas propostas, no Executivo e no Legislativo, na tentativa de responder essas demandas populares. Essa grande onda de movimentos também prejudicou bastante a imagem da primeira gestão do governo Dilma, sendo considerada como um dos fatores que tornaram as eleições em 2014 mais acirradas. Com o crescimento das manifestações e a pressão para respostas do governo, a Presidente Dilma Rousseff afirmou considerar as manifestações “legítimas e próprias da democracia”, sendo “próprio dos jovens se manifestarem”. Contudo, essa não foi uma posição consensual em todo o Governo. Foram realizadas reuniões com grupos organizadores das manifestações, como o próprio Movimento Passe Livre. No final de julho, após reunião com MPL, 26 prefeitos e 27 governadores, foram apresentados cinco pactos nacionais para atender as principais demandas das manifestações, melhoria do transporte, saúde e educação públicos, minirreformas políticas para combate à corrupção e medidas de responsabilidade fiscal para combate à inflação.

Depois julho, vários protestos têm sido realizados no país, mas com um número bem menor de manifestantes. Anarquistas aproveitaram as manifestações de junho para colocar em prática a tática conhecida como black bloc, que consiste em atacar e depredar símbolos do poder e do capitalismo. Com o aumento dessa prática, as manifestações perderam força, até que grandes protestos agendados para o dia 7 de setembro não corresponderam às expectativas. Após esses eventos outras manifestações também procuram seguir esses moldes, como os protestar contra a Copa do Mundo sediada no país em 2014.

A partir da segunda metade de julho, as manifestações já estavam consolidadas e possuíam, em geral, o apoio da mídia e da população. Nesse momento foi iniciado o repúdio aos símbolos que representassem a política institucional, como, no caso mais comum, bandeiras de partidos políticos. Os grupos

favoráveis aos símbolos defendiam a utilização daquele espaço para pautar apoio dos partidos como figuras institucionais e criticam esse teor anti-partidarista. O grupo que repudiava (grupos apartidários ou anti-partidários) a inclusão desses símbolos, em geral, a maior parte de manifestantes nesse momento, desejavam manter as manifestações livres de associações à grupos políticos tradicionais. Mesmo roupas de cores que remetesse à determinado partido eram rejeitadas, por isso, grande parte dos manifestantes utilizavam roupas brancas ou a camiseta da Confederação Brasileira de Futebol. A camiseta da CBF, em especial, ganhou um status de símbolo nacional, e de representação dessas manifestações. Até mesmo atualmente, manifestações contra a corrupção utilizam a camiseta para remeter às manifestações de 2013.

Por acabar se tornando uma massa despolitizada, houve bastante disputa, por diversos grupos, em busca de conseguir tomarem para si essas manifestações, mas independente dos seus idealizadores, torna-se claro que isso indica um problema no modelo de democracia participativo vivido hoje no Brasil. Essa repulsa ao partidarismo pode também estar ligada à uma negação do partido no poder, vista a grande queda na popularidade da então Presidente Dilma Rousseff e a simpatia da oposição pelas manifestações.

Para o cientista político Fábio Wanderley Reis, existem nesses movimentos uma propensão "anti-institucional" e "antipolítica", pois a população vivia (ou vive) um momento de tanta insatisfação com a classe política que passa a rejeitar todas as instituições e todo o sistema político, por acreditar que a corrupção está enraizada de tal maneira que não é possível corrigir o problema a partir das mesmas instituições tradicionais.

2.1.2. Venezuela

A seleção da Venezuela como caso para essa monografia se distancia um pouco dos demais países apresentados, por não se tratar de um evento específico recente, contudo, o desenvolvimento do Bolivarianismo nesse contexto apresenta características nacionalistas importantes para esse estudo.

O termo bolivarianismo provém do general venezuelano do século XIX Simón Bolívar, libertador que liderou a luta pela independência em grande parte da América do Sul, e especificamente nos países historicamente bolivarianos (Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Panamá e Venezuela). O líder queria unir os países da América Latina, promovendo uma política externa comum e criando leis de incentivo ao comércio entre os membros. Entre suas ideias estão a promoção da educação pública gratuita e obrigatória e o repúdio à intromissão estrangeira nas nações americanas e à dominação econômica europeia, propondo, principalmente, a união dos países latino-americanos.

A sua versão mais conhecida e contemporânea, que se distingue das ideias originais de Simón Bolívar, foi iniciada pelo ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez, sendo agora promovida por seu sucessor, Nicolás Maduro, referido como o primeiro presidente chavista da Venezuela. O termo "bolivariano" ficou conhecido pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez, que, quando assumiu a presidência da república em 1998, autodenominou-se bolivariano e seguidor das ideias de Bolívar. Entre suas ações inspiradas na dita ideologia estão a mudança da Constituição da Venezuela de 1961 na chamada Constituição Bolivariana de 1999, que mudou o nome do Estado para República Bolivariana da Venezuela, e outros atos como a criação e promoção de escolas e universidades com o adjetivo bolivariana, como o são as Escolas Bolivarianas e a Universidade Bolivariana da Venezuela. Todas estas políticas que estão sendo levadas a cabo na Venezuela se enquadram no que é comumente chamada de Revolução Bolivariana. A partir de 2005, começou-se a utilizar, além disso, o conceito de Socialismo do século XXI e a definir o caráter socialista da Revolução Bolivariana na Venezuela. As organizações políticas identificadas como bolivarianas se agrupam no Congresso Bolivariano dos Povos, iniciativa criada pela Venezuela para agrupar aos partidários da Revolução Bolivariana no nível continental.

Hugo Chávez, depois de 14 anos ocupando o posto mais alto do governo Venezuelano, morreu de câncer em 5 de março de 2013. Presidente polêmico, Chávez deixa como legado a erradicação do analfabetismo, a redução da pobreza e da desigualdade social. Como índice negativo, a criminalidade e a inflação. Na Venezuela, a taxa de homicídios subiu de 67 para 73, por 100 mil habitantes, de 2011 a 2012. A inflação também teve alta, chegando a 20%.

Entre as medidas impopulares do presidente, estão a desvalorização da moeda, o racionamento de energia e o fechamento de emissoras de televisão. Hugo Chávez foi eleito em 1999 pela primeira vez. Para modificar a Constituição e aumentar o poder do presidente, realizou um referendo assim que foi eleito. Com a mudança, foi preciso realizar outra eleição e Chávez foi eleito novamente em 2000. Em 2002, o presidente sofreu um golpe de Estado e chegou a ser detido por militares. O golpe durou apenas 47 horas e Chávez voltou ao poder. Como aprovou uma emenda constitucional que permite a reeleição ilimitada, poderia ficar no poder por tempo indeterminado. Mesmo considerando a interpretação que Chávez deu ao termo, o que convencionou-se chamar bolivarianismo está muito longe de ser uma ditadura comunista.

As realidades de países que se dizem bolivarianos, como Venezuela, Bolívia e Equador, são bem diferentes da Rússia sob o comando de Stalin ou mesmo da Romênia sob o regime de Nicolau Ceausescu. Neles, os meios de produção estavam nas mãos do Estado, não havia liberdade política ou pluralidade partidária e era inaceitável pensar diferentemente da ideologia dominante do governo. Aqueles que o faziam eram punidos ou exilados, como os que eram enviados para o gulag soviético, campo de trabalho forçado símbolo da repressão ditatorial da Rússia. Na Venezuela, por exemplo, nada disso acontece. A oposição tem figuras conhecidas como Henrique Capriles, Leopoldo López e Maria Corina Machado. Cenário semelhante ocorre na Bolívia, no Equador e também no Brasil, onde há total liberdade de expressão, de imprensa e de oposição ao governo. Foi Chávez quem inventou o bolivarianismo?

A mesma retórica de declarar seu país uma "república bolivariana" foi utilizada pelos presidentes Rafael Correa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). A associação entre bolivarianismo e socialismo, no entanto, é questionável segundo a própria biógrafa de Bolívar, a jornalista peruana Marie Arana, editora literária do jornal americano The Washington Post. Esse "bolivarianismo" instituído por Chávez na Venezuela foi inspirado nos ideais de Bolívar, tais como o combate a injustiças e a defesa do esclarecimento popular e da liberdade. Mas, segundo a biógrafa, a apropriação de seu nome por Chávez e outros mandatários latinos é inapropriada e errada historicamente.

Apesar de o ex-presidente venezuelano ter usado o termo "Revolução Bolivariana" para referir-se ao seu governo. A ideia era promover mudanças políticas, econômicas e sociais como a universalização à educação e à saúde, além de medidas de caráter econômico, como a nacionalização de indústrias ou serviços. Chávez falava em "socialismo do século XXI", mas o governo venezuelano continua permitindo a entrada de capital estrangeiro no País, assim como a parceria com empresas privadas nacionais e estrangeiras. Empreiteiras brasileiras, chinesas e bielorrussas, por exemplo, constroem moradias para o maior programa habitacional do país, o Gran Misión Vivienda Venezuela, inspirado no brasileiro Minha Casa Minha Vida.

2.2. Estados Unidos

O caso americano foi selecionado em função da recente eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, contrariando grande parte das pesquisas eleitorais e indicando o grande crescimento de um movimento nacionalista conservador no país.

Desde o começo se vendendo como o "outsider" que vai "drenar o pântano", como se refere a Washington, e divergente de parte considerável do Partido Republicano, Trump segue um perfil de figura distante do político tradicional. A eleição presidencial de 2016 foi realizada em novembro de 2016. Aos 70 anos de idade e sem carreira política, Trump se tornou o homem mais velho até então a ser eleito para um primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos. Trump se tornou ainda o quinto presidente eleito a vencer a eleição apesar de ter perdido no voto popular geral, vencendo apenas no colégio eleitoral.

Trump derrotou praticamente todo o establishment americano, a começar por caciques do seu próprio partido. Prevaleceu sobre uma rara união entre empresários, artistas e intelectuais renomados, além de grandes veículos de mídia, que deram apoio à democrata Hillary Clinton. Sua ascensão improvável desafiou o consenso entre os analistas de que não chegaria longe devido à inexperiência na política, às promessas vagas e ao linguajar vulgar. Mas ele foi hábil em usar o repúdio a seu favor, afirmando que era mais uma prova de que incomodava um establishment temeroso de mudanças. Em maio de 2016, o

Presidente das Organizações Trump atingiu o número mínimo de delegados para garantir a nomeação do seu partido para a presidência dos Estados Unidos nas eleições de 2016 e em julho foi confirmado como o candidato do partido durante a Convenção Republicana, com o Governador de Indiana, Mike Pence, como seu vice. Em 8 de novembro de 2016, contrariando grande parte das pesquisas, que apontavam a vitória da democrata Hillary Clinton. Contudo, após o fechamento das urnas e a apresentação dos resultados prévios, essas previsões acabaram se provando imprecisas quando o candidato republicano começou a apresentar bons resultados nos estados decisivos, especialmente na Flórida, em Ohio e na Carolina do Norte. Até mesmo em Wisconsin e Michigan, estados que foram previstos para uma vitória democrata, acabaram vencidos por Trump.

Na reta final, sua campanha parecia ter afundado, depois da divulgação de um vídeo de 2005 em que usava linguagem vulgar para se referir às mulheres e sugerir que podia fazer o que quisesse com elas por ser famoso. O naufrágio de sua candidatura continuou depois que uma dúzia de mulheres o acusaram de assédio sexual, o que o bilionário negou, afirmando que elas eram trapaceiras a serviço de Hillary. Mas o empresário que baseou sua campanha no slogan "Faça a América grande novamente" deu a volta por cima, contando com o apoio de uma legião fiel de seguidores e de eleitores ocultos que passaram a perna nas pesquisas. Vendo seu legado em risco, Obama entrou na campanha como nenhum de seus antecessores na história recente, tornando-se um cabo eleitoral de luxo para Hillary. Do outro lado, Trump prometia reverter medidas centrais do governo Obama, como a reforma do sistema de saúde e o plano para evitar a deportação de imigrantes. A economia em recuperação na reta final do governo Obama serviu de impulso para Hillary, mas não escapou da guerra de narrativas entre os candidatos. Trump atraiu principalmente eleitores de classe média baixa, que foram afetados no bolso pela desindustrialização em algumas partes do país e sentem que perderam espaço econômico e político nas últimas décadas com o crescimento das minorias que mudou o perfil demográfico dos EUA. A vitória de Trump também não deverá ser facilmente absorvida pelas lideranças internacionais, já que o republicano disparou contra muçulmanos,

mexicanos, chineses, japoneses e coreanos, entre outros, gerando incertezas sobre suas posições e propostas.

Em seu discurso de vitória Trump falou sobre cooperação dizendo que "é hora de nos juntar como um povo unido" e elogiou Clinton, a quem devia "uma grande dívida de gratidão por seus serviços prestados ao nosso país". Como acontece em períodos de eleições, devido à instabilidade dos cenários políticos, a bolsa de valores reagiu negativamente à inesperada vitória de Donald Trump, entretanto, o seu primeiro discurso, muito mais ameno que suas declarações durante a corrida eleitoral, foi considerado conciliador e contribuiu para diminuir a tensão nos mercados, no mercado de câmbio, a moeda americana inclusive se valorizou frente à maior parte das moedas.

Já no dia seguinte ao resultado das eleições, os americanos insatisfeitos organizaram protestos, através de redes sociais, contra vitória de Donald Trump em inúmeros estados. Ao analisar os votos que levaram à vitória de Trump, é possível perceber resultados inesperados nas votações de minorias. Hillary Clinton contava antes das eleições com grande apoio da comunidade latina, especialmente pelas propostas anti-imigratórias de Trump, e o apoio da população mais jovem, que tenderia a seguir uma linha mais progressista. Além dos votos da população, especialmente considerando apoio de Barack Obama e as propostas de igualdade racial do partido. Contudo, os resultados da democrata foram abaixo do esperado nos três grupos, ficando abaixo dos resultados conquistados por Barack Obama em 2012, e Trump conseguiu ainda ultrapassar os resultados do candidato republicano de 2012, Mitt Romney, entre a população hispânica.

Uma outra questão importante no fato da eleição de Trump é a sua política de relações exteriores. Além da distanciação dos países da América Latina, é esperada uma reaproximação com o a Rússia, após apoio de Putin. Existe ainda a preocupação com o distanciamento das relações com o restante da Europa e especificamente a Otan.

Agora, completando o primeiro semestre de sua gestão, as ações voltadas para política externa certamente são um dos destaques, incluindo um bombardeio à Síria neste mês, além da violenta retórica em relação à Coreia do Norte. É

possível perceber o crescimento do movimento já chamado de Trumpismo a nível global, que coincide com uma onda de populismo xenófobo pelo mundo.

Explicações do capítulo

Os casos acima selecionados apresentam um nacionalismo diferente dos clássicos europeus, contudo, em muito se assemelham. Os movimentos nacionalistas observados são típicos de países colonizados, em que esse sentimento nacional está bastante vinculado à busca pela independência e liberdade. Mesmo no caso americano, que se tornou uma grande potência mundial, é possível ainda observar essa procura por mais independência e fortalecimento interno da nação.

Nos três casos é interessante destacar a formação de uma identidade que diferencie esses países daqueles que o colonizaram, mesmo que as culturas desses colonizadores já estejam enraizadas nesses países. No Brasil, durante as manifestações de 2013, o discurso de combate a corrupção, que mantém suas raízes no período anterior à independência brasileira foi uma das principais bandeiras levantadas. Enquanto na Venezuela, todo o movimento do bolivarianismo é baseado na figura de Simón Bolívar, conhecido por sua luta pela independência de países Sul-americanos e construção de uma identidade própria para a região. No caso norte-americano, não há uma negação tão intensa em relação ao seu colonizador, uma vez que o país já se destaca como uma potência mundial há décadas, contudo, o lema da campanha de Trump, de “Tornar a América grande novamente” também pode estar relacionada à ideia de construção da nação americana sem a influência de externos (especialmente imigrantes, diferente dos demais casos).

As teorias propostas em “O Choque de Civilizações”, de Samuel P. Huntington, tratam bastante das relações entre as nações. Nos movimentos nacionalistas destacados na América, o foco é mantido nas relações internas dos países e não em necessariamente em sua interação com outros. Contudo, é importante destacar a importância da cultura e religião nesses contextos, fortalecendo o argumento de Huntington, sobre o fim dos conflitos ideológicos em contraposição ao aumento de conflitos culturais. No caso americano em especial, é possível

observar claramente a importância dada a identidade da nação. Com a aproximação resultada da globalização, indivíduos de todas as partes do mundo migram para essa potência mundial, que formal e informalmente vem apresentando sinais de conflito com outras civilizações, especialmente em relação às populações latinas (pelo aumento da imigração ilegal e suas implicações) e islâmicas (por receio de ataques terroristas, como ocorrido em setembro de 2001).

Hobsbawm apresenta em *“Nações e Nacionalismo desde 1780”*, as suas percepções sobre os movimentos nacionalistas do início do século e trata especificamente dos Estados Unidos, ao explanar sobre a oficialização do inglês como idioma oficial, para repressão ao uso do espanhol no país. A linguagem é frequentemente associada por muitos autores como uma marca de uma nação, por isso, tornar o inglês o idioma oficial dos Estados Unidos significaria formalizar ainda mais uma identidade americana bem específica, que como observado nesse capítulo, vem ganhando bastante espaço.

Hobsbawm também destaca que nessa nova fase do nacionalismo iniciada no século XX, traz mudanças nos movimentos de libertação e independência nacional, especialmente visto em países que foram colonizados, que foram os responsáveis a emancipação política da maior parte do planeta, ou seja, para a eliminação de uma administração imperial no mundo contemporâneo.

Enquanto os movimentos de libertação nacional que ocorreram não somente na América, mas no que então era conhecido como terceiro mundo procuravam seguir os modelos de nacionalismo ocidental, na prática os Estados construídos resultaram no oposto da homogeneidade dos Estados-nação europeus. Contudo, mesmo nesse cenário, esses movimentos foram bem semelhantes ao nacionalismo ocidental da era liberal, pois tanto os movimentos de libertação nacional quanto os Estados resultantes desses foram, em geral, unificadores e emancipatórios.

Por último, trazendo as ideias de Anthony Giddens, o autor destaca que busca por novas identidades e a tensão sofrida pelo “eu” na alta modernidade trazem importantes mudanças para a “política-vida”, que trata de questões políticas fluentes de processos de auto realização em contextos pós-tradicionais, em que

influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de auto realização influenciam as estratégias globais. Nesse sentido, pode-se explorar a ideia de que o “pessoal é político” e, conseqüentemente, o entendimento, como Giddens, do desenvolvimento de formas de ordem social da própria modernidade. Essas considerações podem ser relacionadas mais diretamente com os contextos latino-americanos, em que há cenários de insatisfação política.

3. EUROPA

3.1. França

O caso francês é bastante particular nessa análise de novos movimentos nacionalistas, uma vez que a França, há muito considerada uma nação cosmopolita vêm vivenciando um período de crescimento da extrema direita nacionalista. No dia 07 de maio de 2017, o candidato do partido Socialista, Emmanuel Macron, foi eleito presidente do país, ao derrotar em segundo turno a presidente do partido Frente Nacional, Marine Le Pen.

Para essas eleições, o partido de extrema direita possuía entre suas principais propostas a saída da zona do euro e da união europeia, além de políticas anti-imigratórias. Em função de propostas tão radicais, parte considerável do eleitorado francês elegeu Emmanuel Macron como maneira de barrar a chegada do partido Frente Nacional ao poder, como pôde ser observado nas manifestações já no dia que sucedeu o resultado das eleições. Embora a Frente Nacional não tenha conquistado a liderança do poder Executivo, é notável o tamanho do seu crescimento nos últimos anos, atingindo o seu melhor resultado na história. Em 2002, última vez em que partido havia chegado ao segundo turno, o pai de Marine, Jean-Marie Le Pen, alcançou pouco mais da metade dos votos conquistados em 2017.

Com a derrota ocorrida em maio, o partido já começa a se organizar para as eleições legislativas que ocorrem em junho, como explicitado em discurso pós-eleitoral pela própria Marine Le Pen, afirmando que o partido precisa de uma grande renovação. Dentre as possíveis mudanças no partido, destaca-se a

mudança do próprio nome, como forma de dissociação com a imagem do fundador e ex-presidente do partido, Jean-Marie Le Pen, expulso da Frente Nacional, por defender políticas polêmicas relacionadas à xenofobia.

Sendo assim, é possível perceber que, mesmo ao tentar amenizar e distanciar-se da imagem tradicional do movimento, as ideias principais são mantidas, através de uma releitura mais populista, permanecendo distante de qualquer identificação a partir de uma perspectiva mais globalizada. A Frente Nacional, fundada em 1972, possuía exatamente o discurso de unificar as diversas correntes nacionalistas, defendendo especialmente as políticas de protecionismo econômico e controle rigoroso da imigração. Esse último ponto, relativo à imigração, vêm ganhando cada vez mais espaço dentro do partido, tornando-se uma de suas principais bandeiras, em função de todo o contexto vivido pelo continente europeu. Na campanha de Jean-Marie Le Pen para as eleições de 1995, chegaram a ser distribuídos panfletos propondo a retirada de três milhões de não-europeus da França, em especial muçulmanos do Norte da África, da África Ocidental e do Oriente Médio. Atualmente, esse discurso possui uma abordagem diferente, apesar de não defender a repatriação de imigrantes legais, apoia enfaticamente a deportação de imigrantes ilegais. Marine Le Pen justifica que essa abordagem protege os valores franceses.

Exceto pelo “Frexit puro e simples” ao estilo do Brexit proposto pelo candidato François Asselineau, o programa da líder da ultradireitista Frente Nacional é o mais eurofóbico da campanha presidencial. Le Pen, que diz que se nega a se tornar uma “vice-chanceler” de Angela Merkel”, exige um “patriotismo econômico” que passa por “reconquistar o território perdido da República”. Para isso, propõe o “restabelecimento da soberania econômica, monetária, legislativa e territorial” que implica tirar a França da “prisão” que considera ser a UE e da moeda única para “estabelecer uma moeda nacional adaptada à nossa economia”, ou seja, o restabelecimento do franco. Também denunciará o “calamitoso acordo de Schengen” e contratará até 6.000 agentes de alfândega nas restabelecidas fronteiras nacionais.

Le Pen diz que proporá uma “negociação com os parceiros europeus”, mas que de qualquer forma realizará, nos seis primeiros meses de governo, um referendo sobre a permanência ou não na UE. Mas já advertiu que, se o resultado dessa

consulta não lhe for favorável, pedirá demissão, porque uma permanência da França na UE impediria, diz, a implementação de 70% de seu programa.

Em relação à economia, a Frente Nacional deslocou-se de um modelo neoliberalista para uma política mais protecionista entre a década de 80 e 90, pelas próprias mudanças à nível global, de transição do fim da Guerra Fria e o mundo polarizado para a globalização que crescia exponencialmente em um contexto multipolarizado, essa postura protecionista do partido também foi consolidada junto com aumento da sua popularidade entre os mais pobres. A Frente Nacional também mudou drasticamente o seu posicionamento em relação a União Europeia, a partir de 2002, o partido defende a saída da França do mercado comum, que é interpretado como uma forma de dominação extranacional. Atualmente, também é defendida a saída de países como Grécia, Espanha e Portugal, que se encontram em períodos de retração econômica, além de limitação das facilidades da União Europeia.

3.2. Reino Unido

O Reino Unido foi selecionado a partir das recentes mudanças resultadas a partir da priorização do Estado nacional em detrimento do antigo projeto europeu pós Segunda Guerra. Em julho de 2016, os britânicos votaram para decidir sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, e por pouco mais de 50% dos votos, a população decidiu pela saída do bloco econômico. Nunca um país membro havia deixado a união política e econômica de 28 países, que desde seu início só tem se expandido. A saída, apelidada de “*Brexit*” (da junção de *Britain* e *exit*), é vista como contrária ao projeto de desenvolvimento da Europa como continente, ao defender uma política protecionista social e economicamente.

O Reino Unido aderiu à CEE em 1973 e, dois anos depois, após renegociação de condições, realizou um referendo sobre a sua permanência, aprovado por 67% dos eleitores, em uma época em que o Reino Unido sofria com o declínio industrial, inflação e greves trabalhistas e durante os anos que integrou a União Europeia, presidiu cinco vezes o conselho da EU. Contudo, mesmo antes do Brexit, o Reino Unido já apresentava sinais de independência dentro do bloco,

não fazendo parte da zona do euro e mantendo a libra esterlina como sua moeda oficial, ou mesmo na dificuldade britânica em reconhecer a sua identidade europeia, como os alemães e franceses, por exemplo. Com o crescimento da dívida europeia, cresceu também o sentimento de priorização da Nação, assim com a reeleição do primeiro-ministro, David Cameron, que tinha a saída da união europeia entre suas principais propostas, e em resposta à pressão crescente, inclusive dentro do seu próprio partido, para que o projeto europeu fosse levado a voto popular, foram iniciadas ações para esse afastamento. Na prática, o plebiscito não obrigaria o Governo a acatar o resultado, mas o primeiro-ministro, assim como os parlamentares, que poderiam barrar a saída do bloco econômico, não estariam dispostos a arcar com o ônus político de contrariar a vontade da maioria dos cidadãos. É interessante observar a diferença da predominância de votos nas diferentes regiões do Reino Unido, na Escócia, Irlanda do Norte e na capital Londres a permanência foi mais votada, enquanto que em Inglaterra e País de Gales, tanto nas regiões rurais como nas grandes cidades (à exceção de Londres) o resultado foi mais favorável à saída da EU. Em março de 2017 ambas as câmaras do Parlamento do Reino Unido rejeitaram emendas que poderiam prolongar o processo de retirada do país do bloco, permitindo assim que a primeira-ministra Theresa May iniciasse formalmente desligamento da União Europeia e iniciasse as negociações de novas relações internacionais.

Dentro do debate da saída da União Europeia, os defensores da saída afirmavam que o Reino Unido perde soberania estando submetido às regras do bloco econômico, em troca de poucas compensações; maior liberdade para negociação de novos acordos com o bloco e autonomia para negociação com outros blocos e países e a questão imigratória e mesmo a questão do orgulho pela identidade britânica. Por outro lado, os defensores da permanência, defendiam que a aliança com os países vizinhos torna a região mais poderosa e que o livre acesso ao mercado europeu seria uma grande vantagem.

Os conflitos advindos pela polarização dos britânicos resultaram em acontecimentos drásticos. Em 16 de junho de 2016, a parlamentar do partido trabalhista britânico Jo Cox, defensora da permanência do Reino Unido na União Europeia, foi assassinada após ter sido atingida em um ataque, em Birstall, no norte da Inglaterra. Testemunhas afirmam que o autor do ataque gritou Britain

First! (*Grã-Bretanha primeiro!*), nome de um partido de extrema-direita contrário à imigração. Entre os líderes estrangeiros, o então presidente Barack Obama manifestou-se a favor da permanência do Reino Unido na UE. França e Alemanha, assim como organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), também preferem que os britânicos permaneçam no bloco. Os principais defensores da saída eram os membros do partido nacionalista Ukip, em especial seu líder, Nigel Farage e o novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, lamentando os efeitos da imigração na Europa.

As mudanças ocasionadas pela saída do Reino Unido ainda são especulativas em certa medida, pela proximidade com o ocorrido, porém, em nota do G20, foi declarado que a mudança pode causar uma quebra na economia mundial. Há poucos dias das votações, as bolsas europeias sofriam com fortes quedas. Com a apuração do referendo, houve ainda uma grande indefinição nos mercados financeiros, mesmo fora da Europa. No âmbito político, houveram manifestações pela saída de David Cameron do cargo de primeiro-ministro. Dentro da União Europeia, o resultado gerou diferentes respostas, como a defesa da mesma proposta por parte de Marine Le Pen na França e por partidos neerlandeses. Em Portugal e Espanha, foram consideradas a realização de referendos semelhante em caso de continuidade das políticas de austeridades aplicadas ao país. Dias após a aprovação do Brexit, a Escócia indicou que gostaria de realizar um novo referendo para deixar o Reino Unido. Na Irlanda do Norte, um movimento também existe para abandonar o grupo.

O mercado único, sem impostos nem tarifas comerciais, é o grande pilar da economia europeia, tendo como grande consequência social o movimento de bens, pessoas e capitais. Em geral, a saída do Reino Unido representou um enfraquecimento das relações intranacionais tão estimadas pela União Europeia, abrindo precedente para que outros países utilizem essa opção. Por outro lado, existem estudos que afirmam que o maior prejudicado com a aprovação do Brexit é o próprio Reino Unido.

3.3. Escócia

Embora já tenha sido apresentado o caso do Reino Unido, torna-se interessante destacar o caso específico da Escócia, exatamente por tratar especificamente da força do Reino Unido como uma unidade. No final de março de 2017, o parlamento escocês aprovou referendo sobre independência do país do Reino Unido. Como resposta à aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia, é reacendida na Escócia os movimentos pela independência do país.

Como uma das grandes conquistas na área de reformas constitucionais, que aumentam a independência da Escócia foi movimentada pelo Partido Trabalhista, a desconcentração geral do poder Parlamentar do Reino Unido, com a criação do Parlamento escocês, e as Assembleias de Gales, de Londres da Irlanda do Norte. O Partido Trabalhista tinha como objetivo reconhecer a pluralidade de todos esses espaços, suas diferentes identidades e culturas nacionais como heterogêneas demais para a unificação no Reino Unido, portanto foi atribuída qualidade de independência regional para a atuação dessas esferas em seus territórios.

A formação dessas instituições teve um significado muito importante historicamente, pela primeira vez, desde 1707, o Reino Unido não era mais governado diretamente por Westminster. Ainda existem restrições no que diz respeito à área de atuação dessas instituições, não sendo possível legislar em questões de negócios estrangeiros. Contudo, foi permitida a ação em áreas bastante estratégicas, como educação e saúde. Foi notável a perda de poderes de Westminster, mas para Tony Blair, foi um importante passo para o desenvolvimento de um “Estado mais democrático, descentralizado e plural”. Mesmo que o País de Gales não tenha tido concedido poderes legisladores nesse primeiro momento, essa capacidade foi gradualmente desenvolvida em 2006 e 2011.

Nesse momento, com essa nova constituição, em que cada um dos países tem a sua própria identidade e instituições, a nação britânica é possível garantir mais representatividade, não tendo mais a perspectiva de uma sociedade homogênea. Reconhecer esse erro, depois de centenas de anos de diminuição

dos problemas, foi uma conquista histórica para garantir que os demais países fossem devidamente representados na Grã-Bretanha

Além dessas reformas constitucionais de empoderamento dos demais países do Reino Unido, o Partido Trabalhista também foi responsável por importantes reformas na Casa do Lordes, ao propor uma legislação para remover todos os direitos hereditários da câmara alta como a primeira etapa da reforma. Como parte do acordo, porém, foi permitido que 92 nobres hereditários fossem mantidos até o fim das reformas. Estes nobres restantes foram destituídos pelo Ato da Câmara dos Lordes 1999, conquistando pela primeira vez, a maioria nessa Casa Legislativa, conseguindo contornar a maioria conservadora que dominava a casa há séculos.

Em 2005, foi proposta ainda uma nova reforma do Partido Trabalhista, que teve como objetivo alcançar uma separação mais definitiva de poderes entre o Judiciário e o Legislativo. A disposição fundamental era assegurar a independência do Lord Chancellor do Judiciário e da Câmara dos Lordes. Contudo, o título Suprema Corte pode ser um pouco enganador, como o tribunal do Reino Unido não tem os mesmos poderes greve de strike-down como outros tribunais supremos.

O Partido Liberal e Liberal Democrata não apresentaram significativas reformas políticas no período de tempo estudo nessa pesquisa, contudo, os liberais são bastante participativos na área, buscando de forma consistente a mudança radical para uma nova ordem constitucional.

No ano de 2014, foi realizado na Escócia um plebiscito para decidir sobre sua permanência no Reino Unido. Os eleitores tiveram de responder à pergunta: “A Escócia deve se tornar independente?” Concluindo dois anos de campanhas de ambos os lados e iniciando um processo de reintegração de poderes ao Parlamento escocês, de acordo com pronunciamento do Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron após o resultado oficial.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro escocês e líder, do Scottish National Party (SNP), Alex Salmond, anunciou sua renúncia em ambos os cargos no dia 8 de setembro de 2014, como havia afirmado após o resultado de permanência da

Escócia no Reino Unido, mesmo concordando que a participação e a própria instauração de plebiscito são um avanço para a democracia do país.

O líder da campanha a favor da permanência da Escócia no Reino Unido, Alistair Darling, ex-Chanceler de Exchequer e membro do partido trabalhista considera que a vitória representa a escolha dos escoceses pela “união e mudanças positivas ao invés de divisão e separação desnecessária”, confirmando a necessidade de mudanças.

Em percentuais, a vitória foi de 55,3% contra 44,7% e o comparecimento às urnas foi alto, com participação de 84,59% dos eleitores registrados, sendo o maior índice de participação em um pleito no Reino Unido o sufrágio feminino em 1928. Em questões de divisão geográfica, Glasgow, maior área administrativa votou a favor da separação, ao contrário da capital, Edimburgo que rejeitou a proposta com uma margem acima de 20.000 votos para o “ não”.

Mesmo com a votação para permanecer como parte do Reino Unido, a Escócia já tem desenvolvido alto grau de autonomia em seu território. O parlamento, em Edimburgo tem o poder para decidir sobre diversas questões regionais. Contudo, as matérias relacionadas à economia, defesa e política externa ainda tem as decisões centras ao Parlamento Inglês, tanto à Casa dos comuns, quanto dos Lordes.

Mesmo antes da formação do Reino Unido, a Inglaterra já possuía grande influência em território escocês, desagradando parte da população, até chegar ao ponto da proposta desse referendo. Além de questões mais burocráticas, como mudança da bandeira do Reino Unido, a área econômica seria umas das mais afetadas caso o referendo tivesse resultado na independência escocesa.

É provável que houvesse evasão de capital, por saída de bancos e empresas, afetando inclusive a Inglaterra, o governo Inglês, inclusive já havia declarado que caso a Escócia se tornasse independente não seria autorizado a adoção da Libra Esterlina como moeda oficial, retirando da Escócia a capacidade de imprimir dinheiro. Além disso, a saída do Reino Unido representaria também a saída da União Europeia, sendo necessário a candidatura e aprovação do novo país no bloco.

Todo debate e possibilidade de independência da Escócia está originalmente relacionado com a separação dos parlamentos. A partir da criação desses outros espaços de deliberação política, a formação centralizadora do Reino Unido se fragmenta, desenvolvendo políticas regionais através desses novos espaços.

As reformas Constitucionais ocorridas há quase 20 anos tinham como intenção alcançar metas de renovar a democracia, reconstruir a confiança e fazer governo mais transparente e responsável, descentralizar o poder, e modernizar as instituições. Maria Dakolias enaltece a importância dessas mudanças por modernizarem a política, sendo importante manter os cidadãos sempre informados, dentre os pontos de mudança, ela destaca que a soberania parlamentar continua, porém, agora o judiciário possui um papel mais importante, ao determinar a compatibilidade das leis com as temáticas de direitos humanos e o impacto de órgãos supranacionais sobre a soberania parlamentar; não houveram mudanças nos princípios e valores constitucionais, porém esses agora estão mais acessíveis de serem identificados; o princípio do Estado de direito e da independências do poder Judiciário foram incluídas nas mudanças da Lei de Reforma Constitucional de 2005, mas de acordo com o sistema de Westminster, todas estas reformas poderiam legalmente ser revogadas pelo Parlamento se assim fosse decidido. Isso prova a preservação da soberania constitucional do Parlamento de fazer mudanças para atender às necessidades futuras. Esta flexibilidade também pode ser vista como um risco, uma vez que o Parlamento possa voltar para trás esta modernização.

Explicações do capítulo

Os casos desse capítulo tratam de países de nacionalismo clássico, referências nos estudos da temática desde o século XX. Muito do observado atualmente nas novas ondas nacionalistas pela Europa parece estar relacionado com o contexto do mundo durante as Grandes Guerras, em que a economia se encontra em situação desfavorável, resultando no enfraquecimento das alianças supranacionais e na retomada de gestões mais internas.

É comum entre os casos selecionados o crescimento de ideais nacionalistas a partir da priorização das questões nacionais, contrariando as expectativas que fundaram a União Europeia. Essas mudanças demonstram que mesmo em

casos clássicos de nacionalismo, é possível observar uma nova variação do fenômeno.

A xenofobia destaca-se como uma importante questão, observada especialmente nos casos da França e Reino Unido. Nos últimos anos, com o fortalecimento de grupos terroristas, como o Estado Islâmico, países europeus vêm sendo palco de diversos ataques (especialmente em um momento de grande fluxo migratório em função dos conflitos no Oriente Médio), resultando no aumento da rejeição à estrangeiros e desencorajando políticas para integração desses imigrantes.

A partir das ideias que Samuel P. Huntington, apresenta em sua obra, “O Choque de Civilizações”, se relaciona especialmente com esse contexto europeu. A ideologia não se apresenta mais como razão de grandes conflitos como nos tempos de Guerra Fria, boa parte dos países do continente estão unidos no mesmo bloco ou possuem relações econômicas. Contudo, as diferenças culturais e religiosas são pauta de conflitos, tornando-se, como no caso da França, um dos destaques dos programas dos candidatos à Presidência. Esse choque civilizacional causado por diferenças culturais

Hobsbawm observa em sua obra “*Nações e Nacionalismo desde 1780*” o separatismo dos movimentos nacionalistas no século XX, que mantém diferenças étnicas e linguísticas, além de religiosas. Nos países europeus, esse separatismo ainda está bastante presente. As fortes alianças econômicas criadas no continente vêm perdendo a importância, à medida que os países apresentam problemas econômicos ou se distanciam para não serem prejudicados por esse tipo de crise.

Questões relacionadas à terrorismo, fundamentalismo religioso e até mesmo xenofobia também são relacionadas por Hobsbawm ao nacionalismo do final do século XX, nos casos europeus, a mobilidade de amplas massas de população foi intensificada, potencializando possíveis conflitos. Os recentes ataques terroristas à países europeus, grande parte de autoria do Estado Islâmico, vem gerando como resposta uma aversão à imigrantes, especialmente do Oriente Médio, como resultado, a xenofobia cresce justificada como proteção

da nação, uma vez que o nacionalismo não inclui aqueles que não pertencem à sua própria nação.

Concluindo com as ideias apresentadas por Giddens, é definido que o central para a definição da política-vida é considerá-la através de por informações oriundas de variados tipos de saberes. A Modernidade global acaba superando qualquer transformação, hábito e costumes traçando uma trajetória para o indivíduo. Essas trajetórias evidenciam o poder das ideologias da modernidade. O global e a modernidade levantam-se como entidades estabelecendo seus riscos e sua complexidade que impõem aos indivíduos perturbações e ansiedades generalizadas, exigindo a criação de novas formas de identidades para lidar com as perspectivas mundo “auto moderno”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias defendidas por Samuel P. Huntington, em sua obra, “O Choque de Civilizações”, podem ser bem aplicadas nesses cenários selecionados. Com o fim da Guerra Fria, as disputas ideológicas perderam força, como imaginado pelo autor, uma vez que o capitalismo tomou conta de grande parte da economia global. Atualmente, é possível observar o aumento da importância de diferenças entre as civilizações nos aspectos cultural e religioso.

Com certeza, a economia possui um papel de extrema importância na interação entre os países e mesmo internamente. Grande parte do discurso de novos movimentos nacionalistas está relacionada a recuperação ou crescimento econômico, mas para além dessa questão, a identidade civilizacional conceituada por Huntington tem ganhado importância.

Huntington acredita ainda que, com o fenômeno da globalização, as diferenças entre as civilizações seriam menos óbvias, em função das populações estarem espalhadas pelo mundo todo de maneira ideológica e histórica não respeitando muito fronteiras nacionais. Contudo, mesmo nesse cenário de aproximação das fronteiras, é possível perceber que as diferenças civilizacionais ainda estão nítidas, já se destacando como parte ou totalidade da razão de conflitos contemporâneos.

Em relação à Hobsbawm e suas ideias apresentadas em *“Nações e Nacionalismo desde 1780”*, há realmente um avanço do “princípio de nacionalidade”, com a correspondência quase totalitária das nações e Estados geopolíticos, além disso, os movimentos de independência são quase sempre nacionais, e não mais de regiões específicas, provando que há um senso de unidade dentro dos países.

Os movimentos nacionalistas que finalizam o século XX e iniciam o século XXI são separatistas. Por isso, é mantida certa insistência em diferenças étnicas e linguísticas, além de religiosas. Esse cunho separatista fica bastante evidente nos casos europeus, mas pode ser percebido, em alguma medida, em todos os casos selecionados, na medida em que cada uma dessas nações procura mais independência em detrimento da interação com outros países

É ainda concluído por Hobsbawm que, “nação” e “nacionalismo” não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras, representando essas mudanças observadas no movimento. Politicamente, o nacionalismo parece ganhar força. Se antes, era visto historicamente como um discurso secundário, atualmente, é destaque de muitos programas eleitorais. Em um momento de instabilidade internacional, em meio a crises econômicas e grandes conflitos armados, o discurso de proteção nacional torna-se mais importante.

A emergência de agitações étnicas e separatistas é devida, em parte, ao fato de que o princípio de criação de Estados desde a Segunda Guerra Mundial não tem nada a ver com a autodeterminação nacional que existiu após a primeira Guerra. Mesmo um sistema mundial autenticamente multilateral, comandado por uma oligarquia de Estados importantes não seria um sistema internacional no qual a maioria dos Estados-Nações e nações desempenhassem um papel importante.

O nacionalismo, nada é sem a criação de Estados-Nações, e um mundo de tais Estados, adequando-se aos atuais critérios de nacionalidade étnico-linguísticos não é, uma probabilidade viável atualmente. Na Europa, um número bem maior de movimentos nacionais existentes atualmente, desistiu na prática, de idealizar a independência estatal como o seu objetivo final. Nesse cenário, a maioria de

tais movimentos parecer ser de reações contra a centralização do Estado, do poder cultural ou econômico, contra a burocracia ou mesmo, parece expressar vários descontentamentos locais ou setoriais. Hobsbawm destaca que a coisa mais surpreendente sobre as novas agitações do nacionalismo político nos países ocidentais é a sua instabilidade e inconstância, comparadas com a força e a estabilidade dos sentimentos de identidade nacional que eles reivindicam expressar.

Por fim, Giddens, ao destacar o a globalização e seu impacto da modernidade sobre o social e a vida pessoal dos indivíduos. Se, por um lado, é o processo de globalização que permite a universalização e difusão extensiva das instituições modernas, por outro, é também a fonte da radicalização da modernidade em conexão com os processos de mudança internacional relativos ao abandono, à desincorporação e problematização da tradição. A nova agenda, contudo, transpassa as diversas dimensões da vida social no que diz respeito aos fatores econômicos, ambientais e socioculturais

A princípio, com a ascensão da globalização, havia a crença na possibilidade de desaparecimento do nacionalismo. Muitos estudos empolgados com esse novo fenômeno apontavam uma tendência à uma “homogeneização” do mundo, diminuindo a importância do nacionalismo. Contudo, como apresentado no presente estudo, diversos movimentos defendem que essa ideologia vem ganhando força, ou mesmo sendo reinventados, com a apresentação de novas estruturas.

Em um contexto mais geral, é possível observar semelhanças entre todos os casos selecionados, uma vez que todos esses movimentos apresentados seguem princípios básicos gerais do nacionalismo, de priorização de questões nacionais e retomada ou construção de uma identidade idealizada, em busca do desenvolvimento (especialmente econômico).

Por outro lado, os novos movimentos nacionalistas se apresentam nas mais diversas formas e, principalmente, geram diferentes resultados. É possível observar que, embora esses movimentos tenham a mesma origem, e possam ser considerados como pertencentes a mesma ideologia, esses apresentam as

mais diversas consequências em função dos diferentes cenários históricos, além de diferentes motivações

Em países considerados em desenvolvimento, especialmente como é o caso da América Latina, mas ainda englobando o caso norte americano, é possível observar o nacionalismo como movimento relacionado à vontade de maior independência e desenvolvimento de uma identidade própria.

Em países europeus, esse neonacionalismo pode estar frequentemente relacionado à retomada de potências, priorização do Estado nacional, em detrimento de um ideal anterior da União Europeia, e, por muitas vezes, está relacionado à xenofobia e rejeição de outras culturas. Nos países americanos, a formação da identidade nacional inclui diversos aspectos da cultura colonizadora, enquanto nos países europeus, há essa tendência a negar a inclusão de aspectos que não sejam estritamente nacionais.

Cada país apresenta um cenário bem característico. No Brasil, esse novo movimento nacionalista pode ser considerado bastante informal, uma vez que surgiu em meio a manifestações apertadas e destaca-se principalmente, pela assimilação ou reinterpretação de símbolos da nação, como é o caso da camisa da seleção brasileira ou o hino nacional. Na Venezuela, destaca-se a tentativa de institucionalização de um governo que possui o nacionalismo como uma de suas bases. Enquanto nos Estados Unidos, há uma nova onda de nacionalismo bastante próxima de movimentos conservadores, que buscam a retomada do crescimento econômico através de políticas protecionistas.

Em relação aos países europeus, tem-se na França o grande crescimento do partido que alia em seu discurso a defesa da nação e o conservadorismo de forma extremista. O Reino Unido, através de referendo popular formalizou a primeira saída do bloco econômico que é a União Europeia, representando a priorização da própria nação, enquanto grandes grupos da Escócia, integrante do Reino Unido, vêm reivindicando sua independência há anos.

A instabilidade do cenário internacional em muito contribui para o desenvolvimento de novos movimentos nacionalistas, em meio a crises econômicas e aumento de grupos fundamentalistas e ataques terroristas, mas torna-se claro a partir desse panorama que cada movimento possui suas

particularidades, mesmo que possam ser considerados pertencentes à mesmo corrente ideológica e, principalmente, produzem efeitos diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. unesp, 1990.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. – São Paulo: Atlas. 2002

HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Editora Paz e Terra, 1990

HUNTINGTON, Samuel. "O choque de civilizações." Rio de Janeiro: Objetiva (1997).

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do nacionalismo. Revista Brasileira de, 2003.

YIN, Robert. Estudos de caso planejamento e métodos. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GROFF, Paulo Vargas. "Modelos de parlamentarismo: inglês, alemão e francês." Revista de Informação Legislativa 40 (2003): 160.

DAKOLIAS, Maria. Are We There Yet?: Measuring Success of Constitutional Reform, disponível em <http://www.vanderbilt.edu/jotl/manage/wp-content/uploads/Dakolias.pdf>

JONES, Richard. Constitutional Reform and the Contribution of the Political Parties since the Beginning of the 20th, disponível em [http://www.humanities.manchester.ac.uk/medialibrary/law/main_site/Research/Student_Law_Review2/MSLR_Vol2_6\(Jones\).pdf](http://www.humanities.manchester.ac.uk/medialibrary/law/main_site/Research/Student_Law_Review2/MSLR_Vol2_6(Jones).pdf)

Portal BBC, disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376>

Portal BBC, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_escocia_plebiscito_hb

Portal EBC, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-03/parlamento-escoces-aprova-referendo-sobre-independencia-do-pais-do>

Portal El País, disponível em https://brasil.elpais.com/tag/referendum_permanencia_reino_unido_ue/a

Portal El País, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/05/internacional/1494010476_909622.html

Portal El País, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/22/internacional/1492883980_244844.html

Portal El País, disponível em https://internacional.elpais.com/internacional/2015/09/25/actualidad/1443142771_008162.html

Portal Estadão, disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fabio-wanderley-reis,1652155>

Portal G1, disponível em <http://especiais.g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/donald-trump-presidente-dos-eua/>

Portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-na-franca/2017/noticia/marine-le-pen-reconhece-derrota-na-eleicao-francesa.ghtml>

Portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/escocia-vota-nesta-quinta-se-deixa-de-pertencer-ao-reino-unido-entenda.html>

Portal Valor Econômico, disponível em <http://www.valor.com.br/politica/4751181/estado-de-sp-e-condenado-por-atos-da-policia-nas-manifestacoes-de-2013>